

NORTEC QUÍMICA S/A

CNPJ-MF 29.950.060/0001-57

e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Cia.. **22. Imposto de renda e contribuição social. a. Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social correntes.** Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	33.473	19.893
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições:		
Despesas não dedutíveis	2.408	2.282
Provisão de Perdas com Estoque	600	2.594
Provisão para contingências	105	129
Participações de Dirigentes	133	295
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(2.007)	(1.622)
Reversão de Contingências	(398)	(506)
60% dispêndios com P&D Conf. Lei 11.196/2005	(127)	(122)
Juros sobre o capital próprio	(5.000)	(3.000)
Outros	(1.152)	(725)
Lucro tributável	<u>28.035</u>	<u>19.218</u>
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	9.531	6.534
Outros	(191)	(139)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	<u>9.340</u>	<u>6.395</u>
Alíquota efetiva	<u>33%</u>	<u>34%</u>

	31/12/2018	31/12/2017
23. Receita operacional líquida		
Receita bruta	200.838	152.722
Menos:		
Vendas Canceladas	(3.015)	(1.837)
Impostos sobre vendas	(9.308)	(7.278)
	<u>188.515</u>	<u>143.607</u>

	31/12/2018	31/12/2017
24. Custos dos Produtos Vendidos		
Custo dos Materiais	(90.766)	(69.564)
Custo c/ Pessoal	(20.549)	(18.968)
Custo c/ Serv. Terceiros	(1.954)	(2.496)
Custo c/ Ocupação e Utilidades	(10.436)	(9.750)
Custo c/ Depreciação	(3.198)	(2.786)
Custos Produtos Vendidos	(126.903)	(103.564)
Custo Produtos Revendidos	(1.022)	(2.147)
	<u>(127.925)</u>	<u>(105.711)</u>

	31/12/2018	31/12/2017
25. Despesas Operacionais		
Despesas com vendas	(1.782)	(651)
Despesas com pessoal	(9.754)	(9.605)
Serviços de terceiros	(3.511)	(3.198)
Ocupação e utilidades	(2.439)	(1.660)
Despesas Administrativas	(5.213)	(2.156)
Depreciação	(721)	(573)
Despesas Gerais e Adm.	(21.638)	(17.192)
Despesas operacionais	<u>(23.420)</u>	<u>(17.843)</u>

	31/12/2018	31/12/2017
26. Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	791	1.027
Outros	227	329
Total	<u>1.018</u>	<u>1.356</u>
Despesas financeiras		
Juros	(1.170)	(918)
Outros	(693)	(809)
Total	<u>(1.863)</u>	<u>(1.727)</u>
Varição cambial, líquida	<u>(3.846)</u>	<u>(215)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.692)</u>	<u>(586)</u>

27. **Instrumentos financeiros. 27.1. Gestão de risco de capital.** A Cia. administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Cia. é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 15), deduzidos pelo caixa, saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Cia. (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido. O índice de endividamento em 31/12/2018 e 31/12/2017 está demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante	29.724	30.087
Passivo não circulante	10.636	17.354
Total	<u>40.360</u>	<u>47.441</u>
Ativo total	162.558	152.146
Índice de endividamento líquido	25%	31%

27.2. **Categorias de instrumentos financeiros.** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Cia. foram:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo contábil	Valor justo contábil	Valor justo contábil	Valor justo contábil
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	11.917	11.917	11.721	11.721
Contas a receber	17.029	17.029	28.767	28.767
Passivos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15.566	15.566	21.160	21.160
Fornecedores	10.609	10.609	11.693	11.693

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Cia. foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não incluem, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Cia. não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção ("hedge") em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **27.3. Objetivos da Administração dos riscos financeiros.** O Departamento de Tesouraria Corporativa da Cia.

coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Cia.. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. **27.4. Riscos de mercado.** Por meio de suas atividades, a Cia. fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Cia. e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo. As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração. **27.5. Gestão de risco de taxa de câmbio.** A Cia. faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2018, o dólar norte-americano sofreu uma valorização de 17,13% frente ao real (2017 - valorização de 1,50%). A exposição ao risco de câmbio em 31/12/2018 e 31/12/2017, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

	Moeda de		Exposição
	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	6.701	3.940	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	1.355	947	US\$
Adiantamento a fornecedores	76	237	US\$
Passivo: Seguro Transporte	355	294	US\$
Fornecedores estrangeiros	8.963	9.918	US\$

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, a Cia. não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. **27.6. Gestão do risco de taxa de juros. Ativos financeiros.** Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$22.329 em 31/12/2018 (R\$17.861 em 31/12/2017) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos. **Passivos financeiros.** A Cia. está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtém empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$15.566 em 31/12/2018 (R\$21.160 em 31/12/2017). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado. **27.7. Gestão de risco de crédito.** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Cia. a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Cia. utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Cia. e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração. O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$17.029 em 31/12/2018 (R\$28.767 em 31/12/2017), tem como os maiores volumes devidos pela, Blanver Farmoquímica Ltda, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Brainfarma, Laboratório Teuto, Sanofi, Eurofarma Laboratórios S/A, Takeda Pharma Ltda, Cristália, União Química e Medley, foram os principais clientes da Cia. (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação

contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco. A Cia. não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Cia. não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros. As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$22.329 em 31/12/2018 (R\$17.861 em 31/12/2017), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. **Gestão do risco de liquidez.** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira. A Cia. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Cia. possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

Em 31/12/2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Total
Fornecedores	10.609	—	—	10.609
Financiamentos	6.033	9.471	62	15.566
Em 31/12/2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Total
Fornecedores	11.693	—	—	11.693
Financiamentos	6.000	12.143	3.017	21.160

27.8. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo. A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir: O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão é são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados. Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado. **28. Cobertura de seguros.** Em 31/12/2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$201.554 para danos materiais (R\$153.460 em 31/12/2017), e R\$ 32.500 para responsabilidade civil (R\$32.000 em 31/12/2017). **29. Lucro líquido por ação.** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício findo em 31/12/2018 e 2017, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.942	13.741
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	<u>11.877</u>	<u>11.877</u>
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	<u>1,93</u>	<u>1,16</u>

30. Eventos Subsequentes. 30.1. Liberação de recursos proveniente do financiamento BN-DES. Em novembro de 2018, a Nortec firmou um contrato de financiamento para Projetos Triênio 2019-2021 com o BNDES no valor de R\$ 26.328. O contrato de financiamento BN-DES - Nortec foi subdividido em seis subcréditos para as seguintes finalidades: Plano de Inovação, Reforma P&D, Expansão da capacidade produtiva, Implantação do novo prédio administrativo, Implantação da subestação de energia e Implantação dos galpões de armazenamento. No dia 15/02/2019, a Cia. recebeu parte dos recursos relacionados aos três subcréditos.

A DIRETORIA - Marco Antônio Souza Medeiros - Contador CRC - RJ 084.090/O-7 - CPF 009.526.197-41

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos diretores e acionistas da Nortec Química S.A. Duque de Caxias - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Nortec Química S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nortec Química S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de vendas

Veja as notas 6.3 e 23 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As receitas da companhia derivam essencialmente de comercialização de produtos farmoquímicos, que geralmente é reconhecida no momento em que ocorre a transferência do controle sobre o ativo ao comprador. O processo de reconhecimento das receitas de vendas de produtos farmoquímicos da Companhia envolve análise e monitoramento, a cada transação, do prazo de entrega dos produtos para os clientes, de forma a efetuar o registro das receitas e envolve julgamento na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega e na determinação do momento em que ocorre a transferência do controle sobre o ativo ao comprador, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Devido à relevância das transações de vendas no contexto das demonstrações financeiras, e do julgamento envolvido quanto à determinação do prazo médio de entrega dos produtos vendidos e do momento em que ocorre a transferência do controle sobre o ativo ao comprador, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: O entendimento do processo de reconhecimento de receita, testes do desenho e efetividade dos controles internos relevantes, relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Análises amostrais, em base amostral, as notas fiscais de vendas, bem como os respectivos comprovantes de aprovação do departamento de controle de qualidade, referente aos cumprimentos das especificações técnicas dos produtos e os comprovantes de entrega dos produtos aos clientes e observamos a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receita para as transações de vendas. Análises amostrais o critério da Companhia para determinação do prazo médio de entrega dos produtos aos clientes, avaliamos a aplicação deste critério na mensuração da receita na data base e comparamos com os prazos médios efetivos das vendas efetuadas no final do exercício, bem como avaliamos a transferência do controle dos produtos farmaceuticos ao cliente para as vendas realizadas no final do mês de dezembro de 2018. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o reconhecimento de receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 22/03/2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Carla Bellangero - Contadora CRC 1SP196751/O-4.